

**7º SEMINÁRIO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

PORTO ALEGRE, 12 A 14 DE DEZEMBRO 2024
ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

**A NOVA ROTA DA SEDA E OS INVESTIMENTOS EM ENERGIA DA CHINA NO
TRIÂNGULO DO LÍTIO SUL-AMERICANO: ENTRE O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E A PROJEÇÃO GLOBAL**

GABRIELA FERREIRA CHAGAS REIS

PROGRAMA EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (PPGEEI/UFRGS)

A Nova Rota da Seda e os Investimentos em Energia da China no Triângulo do Lítio Sul-americano: entre o desenvolvimento sustentável e a projeção global

Resumo: Entre 1978 e 2010, a China emergiu como a segunda maior economia global, impulsionada por uma transformação político-econômica que a consolidou como uma potência industrial exportadora de bens, tecnologia e capital (Lima, 2018). O setor energético, especialmente o petrolífero, desempenhou papel crucial no financiamento dessa modernização, integrando-se ao planejamento político-econômico como parte das estratégias de desenvolvimento e inserção internacional da China (Yergin, 2014). No entanto, esse modelo de desenvolvimento criou desafios ao país, como a capacidade produtiva ociosa, a dependência externa para exportação de excedentes e a posição como principal consumidora de energia primária e maior emissor de CO₂ globalmente (Mendonça *et al.*, 2021; Energy Institute, 2023). Devido ao seu modelo fóssil, nas últimas duas décadas a China tem enfrentado um desafio duplo na área energética. Por um lado, precisa atender à crescente demanda por energia para sustentar o seu desenvolvimento, por outro necessita reduzir as emissões de CO₂ para mitigar os impactos socioambientais (Wu & Nakano, 2016). Simultaneamente, a comunidade internacional buscou soluções para a crise climática, como a Agenda 2030 e o Acordo de Paris (ONU Brasil, 2023; Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, 2019). Além disso, o Ocidente, notadamente os EUA, passou a procurar formas de conter a expansão da influência chinesa através de iniciativas como o *Build Back Better World* (B3W), Quad e AUKUS (Reis, 2022). Esses fatores impulsionaram mudanças nas políticas econômica e externa da China nos anos 2010, reorientando-as para uma economia verde e uma atuação mais assertiva no cenário internacional, visando como resultado o desenvolvimento sustentável e a projeção global (Haffner & Reis, 2023). A China também priorizou a transição energética, destacando-se a Nova Rota da Seda (BRI, em inglês) e os investimentos em regiões do Sul Global, como a América do Sul e a África, carentes de infraestrutura crítica (Cintra e Pinto, 2017). É neste contexto que o Triângulo do Lítio sul-americano se torna um exemplo do desenvolvimento dessa estratégia geoeconômica chinesa. A abundância do mineral essencial para compor tecnologias como baterias de veículos elétricos, turbinas eólicas e painéis solares tem levado a China a garantir cada vez mais aportes na Argentina, Bolívia e Chile. Neste sentido, o artigo busca analisar o papel da Nova Rota da Seda no desenvolvimento e projeção global chinesa, com foco nos investimentos em energia no Triângulo do Lítio sul-americano. Utiliza metodologia exploratória, revisão bibliográfica e sistematização de dados econômicos, além da abordagem teórica da geoeconomia. O texto está organizado em cinco seções, incluindo a introdução. A segunda seção sintetiza o processo de transição energética chinesa e sua relevância para a reorientação econômica e investimentos do país. A terceira seção analisa a Nova Rota da Seda sob o prisma da geoeconomia e como a América do Sul se encaixa neste quadro. A quarta seção revisa os investimentos energéticos chineses na América do Sul e analisa os investimentos no Triângulo do Lítio. As considerações finais encerram o artigo. Diante do analisado até aqui, destacam-se como resultados preliminares que a transição energética chinesa tem papel central na reorientação da economia política da China atual. Sendo a Nova Rota da Seda a principal expressão prática dessa transformação, trabalhando como uma ferramenta geoeconômica que abarca as iniciativas do país asiático sob um único guarda-chuva. Seu objetivo é unir as trocas comerciais, os investimentos, os financiamentos e os projetos de infraestrutura chineses como parte de sua estratégia geoeconômica, para assim atingir seus interesses de desenvolvimento sustentável e projeção global (Luttwak, 1990; Blackwill e Harris, 2016; Grevi, 2011; Ahmed e Lambert, 2022). Adicionalmente, compreende-se que o caso dos investimentos em energia no Triângulo do Lítio exemplifica essa dinâmica geoeconômica e revelam a região como um possível palco da disputa geopolítica por domínio dos recursos, fontes e cadeias de produção do mercado de novas tecnologias de energia, centrais para o domínio do novo paradigma técnico-produtivo do século XXI. Por fim, argumenta-se que a consolidação da BRI é a principal ferramenta para efetivação dos

interesses da China na atualidade (Ungaretti *et al*, 2022; Coelho e Ungaretti, 2023; Beeson, 2018; Carvalho, 2023).

Palavras-chave: Nova Rota da Seda; Investimento em Energia; China; Triângulo do Lítio; América do Sul.

Introdução

Após quatro décadas de transformação político-econômica, a China ascendeu à posição de segunda maior economia mundial em 2010, consolidando-se como potência exportadora de bens, tecnologia e capital (Lima, 2018). O setor energético, especialmente o petrolífero, financiou a modernização e integrou-se ao planejamento político-econômico e estratégico para o desenvolvimento e a inserção internacional do país (Yergin, 2014). Todavia, esse modelo econômico também gerou desafios às estruturas econômicas e sociais chinesas, incluindo aumento da capacidade produtiva ociosa, dependência de exportação de excedentes e de importação de bens essenciais, alta intensidade energética e elevado volume de emissões de CO₂ (Mendonça *et al.*, 2021; Energy Institute, 2023).

Consequentemente, nas últimas duas décadas, o modelo energético fóssil da China passou a dar sinais de esgotamento, o que gerou um cenário de desafio duplo: atender à crescente demanda energética para sustentar seu desenvolvimento global e, ao mesmo tempo, reduzir emissões de CO₂ para mitigar os impactos ambientais do modelo de alta intensidade energética (Wu; Nakano, 2016). Paralelamente, a comunidade internacional adotou medidas para enfrentar a crise climática, como a Agenda 2030 da ONU, que visa reduzir emissões de CO₂ e promover energia acessível e limpa (ONU Brasil, 2023), e o Acordo de Paris (2015), que busca limitar o aquecimento global a menos de 2°C em relação ao período pré-industrial (CEBDS, 2019). Além disso, nos últimos anos, o Ocidente, liderado pelos EUA, intensificou esforços para conter a influência global da China, lançando iniciativas próprias como o Build Back Better World (B3W), o Quad e a AUKUS (Reis, 2022).

Por esses motivos, a partir dos anos 2010, as conjunturas doméstica e internacional impulsionaram mudanças nas políticas econômica e externa da China, orientando-as em direção a uma economia verde e a uma atuação mais assertiva no cenário global, com foco no desenvolvimento sustentável e na ampliação de sua projeção internacional (Haffner e Reis, 2023). Nesse contexto, Pequim considera a transição energética um componente fundamental de seu redirecionamento econômico, implementando projetos alinhados a esses objetivos, como a Nova Rota da Seda (Belt and Road Initiative – BRI). O governo chinês também volta sua atenção para regiões do Sul Global que, embora historicamente negligenciadas pelo Ocidente, possuem recursos naturais significativos e necessitam de investimentos em infraestrutura crítica, como a América do Sul e, especialmente, o Triângulo do Lítio sul-

americano. Sendo assim, este artigo explora o Triângulo do Lítio como um exemplo da estratégia geoeconômica chinesa (Cintra e Pinto, 2017; Beeson, 2018; Ungaretti e Coelho, 2023).

Portanto, este artigo busca analisar como a Nova Rota da Seda contribui para o desenvolvimento e projeção global da China, com foco específico nos investimentos em energia sustentável no Triângulo do Lítio sul-americano. A metodologia adotada é exploratória e inclui revisão bibliográfica, sistematização de dados econômicos e a perspectiva teórica da geoeconomia. O artigo está dividido em cinco partes, incluindo esta introdução. A segunda seção sintetiza o processo de transição energética da China e sua importância para a reorientação econômica e investimentos recentes. A terceira seção examina a Nova Rota da Seda como estratégia de desenvolvimento e projeção global sob a ótica da geoeconomia (Luttwak, 1990; Grevi, 2011; Blackwill e Harris, 2016). A quarta seção oferece uma revisão dos investimentos energéticos chineses na América do Sul desde os anos 2000, seguida de uma análise específica dos investimentos e financiamentos em energia no Triângulo do Lítio, destacando como esse setor reflete os interesses chineses em desenvolvimento sustentável e projeção global. Por fim, o artigo apresenta as conclusões.

A Transição Energética como Componente Central da Reorientação Econômica da China

Desde 2013, a China tem se empenhado em atender à sua crescente demanda energética, ampliando e diversificando a presença de fontes renováveis em sua matriz e reduzindo sua histórica dependência do carvão. Para isso, o país tem promovido melhorias significativas em eficiência energética por meio de subsídios, isenções fiscais e investimentos estratégicos (China, 2020a). Após a assinatura do Acordo de Paris em 2015, a China estabeleceu metas ambiciosas no 13º Plano Quinquenal (2016-2020), que incluem aumentar a participação de energias não fósseis para 20% do consumo total até 2030, com o objetivo de liderar a inovação em tecnologias renováveis e fomentar financiamento sustentável e de baixo carbono (China, 2016). Em dezembro de 2020, Pequim lançou o livro branco 'Energia na Nova Era da China', destacando políticas energéticas e ações essenciais para a transição a uma economia verde (China, 2020b).

A transição energética proposta nos documentos oficiais visa alcançar uma matriz mais diversificada e baseada em fontes renováveis, com gás natural e energias hidrelétrica, eólica e solar apresentadas como alternativas menos poluentes e mais adequadas à nova fase da economia chinesa. As renováveis têm recebido amplo apoio governamental por meio de incentivos fiscais, investimentos estatais, subsídios à produção e insumos, além da promoção de pesquisa e de uma legislação favorável à difusão de tecnologias limpas. Com

essas políticas, a China tem se destacado, superando até mesmo países avançados no desenvolvimento de tecnologias e na implementação de políticas públicas para energias renováveis (Schutte e Debone, 2016).

Neste contexto, a China tem trabalhado ativamente para reformar seu consumo energético, investindo no desenvolvimento de novas tecnologias. Entre essas, destacam-se painéis fotovoltaicos, turbinas eólicas, redes de ultra alta voltagem (UHV, que aumentam a capacidade e qualidade da transmissão para usinas), redes inteligentes (para transmissão e distribuição digitalizadas), baterias de lítio (utilizadas em painéis solares, turbinas eólicas e veículos elétricos) e veículos de nova energia (NEVs - elétricos e híbridos) (China, 2020a). O governo chinês tem priorizado investimentos nessas tecnologias, pois elas funcionam como facilitadoras para estabelecer um sistema de energia verde, inteligente e diversificado, conforme exemplos a seguir.

Entre 2011 e 2020, a indústria de energia solar da China alcançou uma posição de liderança internacional, especialmente no desenvolvimento desses componentes tecnológicos (China, 2020a). Além disso, a capacidade instalada de geração de energia eólica e solar na China passou a corresponder a um terço da capacidade total instalada dessas fontes no mundo, com o país asiático adicionando 158 GW de capacidade de geração de energia solar entre 2014 e 2018. Em 2019, as empresas chinesas representaram cerca de 50% da origem do fornecimento global de polisilício, 70% dos módulos fotovoltaicos e células instalados globalmente, e mais de um terço dos aerogeradores do mundo, contribuindo para a redução nos custos desses equipamentos (Losenkann e Hallack, 2018).

Em 2021, a China conectou mais capacidade de geração de energia eólica *offshore* do que todos os outros países do mundo alcançaram nos cinco anos anteriores, cerca de 17 GWh. Isso fez da China a operadora de quase metade da captura total de energia eólica *offshore* do mundo, com 26 GWh de um total de 54 GWh globalmente (Vetter, 2022). Já em março de 2022, a China atingiu a marca de 2,39 bilhões de KWh em capacidade instalada de energia eólica em solo chinês, tornando-se o país com a maior capacidade eólica instalada na atualidade (Xinhua News Português, 2022).

Outrossim, um dos principais objetivos das novas políticas energéticas do governo chinês está ligado à redução do uso de combustíveis fósseis no setor de transportes, que se tornou um dos catalisadoras da transição energética e da economia de baixo carbono. Nesse contexto, o governo lançou o livro branco "Plano de Desenvolvimento Industrial de Veículos de Nova Energia de 2021 a 2035", em novembro de 2020. O documento elenca as diretrizes para o mercado de Veículos de Nova Energia (NEVs)¹, delineando objetivos para construir uma indústria automobilística verde, robusta e internacionalmente competitiva na China,

¹ No contexto chinês, NEVs representam os veículos elétricos a bateria (BEVs), os veículos híbridos plug-in (PHEVs) e os veículos elétricos a célula de combustível (FCVs).

alcançar um serviço de carregamento conveniente e transformar as vendas de veículos convencionais em veículos puramente elétricos (BEVs) (China, 2020).

Destaca-se, especialmente, a predominância da China na produção de baterias para veículos elétricos. Com expertise nessa tecnologia e a expansão das montadoras chinesas para outros países², o gigante asiático fortaleceu sua vantagem competitiva no mercado global de veículos elétricos. Em 2019, a China registrou 3,8 milhões de Veículos de Nova Energia (NEVs) nas ruas, dos quais 1,2 milhão foram introduzidos naquele ano (China, 2020). Até o final de 2019, o país já havia instalado 1,2 milhão de estações de recarga de veículos elétricos, consolidando-se como a maior rede de recarga do mundo. Além disso, ao analisar os dados de produção de NEVs em 2022, observa-se que a China produziu 5,47 milhões de veículos elétricos a bateria (BEVs), representando um aumento expressivo de 85,8% em relação a 2020. Um crescimento ainda mais notável ocorreu na produção de veículos híbridos plug-in (PHEVs), totalizando 1,59 milhão de unidades fabricadas em 2022, um incremento de 164,2% em comparação com 2021 (Thomala, 2024).

Estes dados destacam a lógica por trás dos substanciais investimentos da China neste mercado e na internacionalização de suas empresas de veículos de nova energia. Além disso, essa percepção ajuda a compreender o interesse da China no mercado sul-americano de lítio, minério essencial na produção de baterias para veículos movidos a energia de baixo carbono. De modo similar, os incentivos para os setores de energia solar e eólica que dominaram o planejamento do Estado chinês nos últimos anos, também ajudam a ilustrar as motivações por trás desses investimentos, já que minerais como lítio, cobre e terras-raras encontrados na região também são importantes para a construção de componentes destas fontes de energia (Coelho e Ungaretti, 2023).

Conseqüentemente, a necessidade de transição econômica e energética surgem não apenas para garantir a segurança e o desenvolvimento da China, mas também como uma oportunidade para assegurar benefícios econômicos durante a transição para um novo modelo econômico sustentável. Neste sentido, projetos de investimentos transnacionais como a Nova Rota da Seda são partes essenciais desse processo e revelam interesses quando analisados por meio do prisma da geoeconomia, conforme a seguir.

A Nova Rota da Seda sob o Prisma da Geoeconomia

² É interessante destacar que uma das regiões com anúncios de acordos fechados para expansão das montadoras automotivas é a América Latina. Segundo Ungaretti *et al* (2022, p. 103), "empresas como Chery Auto, JAC, Great Wall Motors e Geely anunciaram investimentos em novas instalações para a montagem de veículos [...] especialmente no Brasil e no México, embora outros países também tenham recebido aportes, como Argentina, Colômbia, Paraguai, Uruguai e Venezuela."

Desde os anos 1970, a transformação da estrutura do sistema internacional tem sido central nos debates sobre a ordem política e econômica global. Contudo, somente após o fim da Guerra Fria surgiu um consenso acadêmico sobre as implicações geopolíticas do desenvolvimento econômico na ordem internacional, momento em que a geoeconomia se estabelece como importante lente de análise (Beeson, 2018). Neste contexto, a geoeconomia oferece uma análise aprofundada dos fenômenos políticos e econômicos nas Relações Internacionais, destacando o impacto do desenvolvimento econômico e das mudanças na distribuição de poder e no comportamento dos Estados (Blackwill e Harris, 2016). Assim, torna-se fundamental para examinar a ascensão da China e seus impactos em um cenário de crise climática, que exige transformações econômico-financeiras e técnico-produtivas, para compreender a direção da ordem global atual.

Luttwak (1990, p. 19, *tradução própria*) foi um dos primeiros a usar o termo “geoeconomia” para se referir à competição geoestratégica entre Estados, ao observar a ascensão econômica do Japão, ele concluiu que a lógica de competição se transferia do campo militar para o econômico, atribuindo maior importância ao segundo em relação ao primeiro. Para ele, os Estados passariam a utilizar ferramentas econômico-financeiras para fins político-estratégicos, portanto, entende a geoeconomia como a "mistura da lógica do conflito com os métodos do comércio".

Mallin e Sidaway (2024) apontam que, após a publicação de Luttwak, as menções à geoeconomia em trabalhos acadêmicos cresceram significativamente nos anos 1990, mas declinaram nos anos 2000. Contudo, na década de 2010, o conceito ressurgiu, sendo adotado por autores de diferentes vertentes das Relações Internacionais, que variam entre perspectivas luttwakianas, neoliberais e críticas, o que contribuiu para a pluralidade do debate sobre o tema. Essa recente popularidade é atribuída a dois fenômenos: os efeitos da crise de 2008, que resultaram em rearranjos institucionais e em uma maior agência do Sul Global, e a ascensão econômica da China na mesma década (Blackwill e Harris, 2016). Ambos os fenômenos reconfiguraram a ordem econômica internacional e levantaram novas questões sobre as dinâmicas globais. Dessa forma, existem múltiplas definições sobre a geoeconomia, então revisar essas perspectivas é crucial para compreender a abordagem escolhida para este estudo.

Para Sparke (1998), a geoeconomia reconfigura as geografias políticas contemporâneas, com a organização espacial das fronteiras no contexto da interdependência econômica global, afetando a distribuição de poder internacional. Isso resulta na desterritorialização da competição estratégica e reduz a aplicabilidade da geopolítica tradicional, adicionando uma nova camada de análise. Neste sentido, Grevi (2011, p. 28, *tradução própria*), sugere que a geoeconomia “abarca tanto a conversão de ativos econômicos em influência política quanto a mobilização de poder político para alcançar

objetivos econômicos por meio da competição ou cooperação”. Baru (2012), complementa afirmando que a geoeconomia tem valor analítico duplo: analisa implicações geopolíticas de fenômenos econômicos e auxilia na compreensão de efeitos econômicos em tendências geopolíticas. Blackwill e Harris (2016), por sua vez, veem a geoeconomia como o uso de instrumentos econômicos para promover interesses nacionais e produzir resultados geopolíticos benéficos, bem como os efeitos das ações econômicas de outras nações sobre os objetivos geopolíticos de um país.

Cowen e Smith (2009 p. 40, *tradução própria*), argumentam que a geoeconomia oferece uma nova arquitetura disciplinar, substituindo mecanismos geopolíticos tradicionais e sendo crucial para a reconfiguração da geografia política. Eles a veem como uma expressão de “formas geopolíticas recalibradas por lógicas de mercado”, refletindo mudanças nas concepções de espaço, poder e segurança, reformulando, mas não substituindo, o cálculo geopolítico. Por fim, Kim (2019) e Mallin e Sidaway (2024) defendem que, apesar das diversas definições de geoeconomia, a premissa comum é que laços econômicos podem ser usados estrategicamente para obter benefícios político-estratégicos e vice-versa, tornando essas visões interrelacionadas, mesmo que oriundas de vieses concorrentes e opostos.

Em suma, para fins deste artigo, defende-se que a geoeconomia amplia o estudo das dinâmicas de poder ao incluir a análise de políticas monetárias, fluxos de investimento e padrões de comércio, reconhecendo que esses fatores são utilizados para implementar estratégias de política externa e econômica em busca de ganhos políticos e diplomáticos. Esses aspectos são centrais para interpretar as relações entre Estados, especialmente em um contexto em que fatores econômicos, tecnológicos e sustentáveis ganham relevância na distribuição de poder em um sistema internacional em transformação, no qual novos atores e variáveis emergem como importantes elementos de análise. No caso da China, observa-se uma convergência entre as necessidades econômicas, a segurança energética e as oportunidades de investimento em setores como construção, logística, transporte, mineração e energia, e a efetivação dos interesses nacionais de desenvolvimento sustentável e projeção global que o país possui. Essa inter-relação se torna mais evidente ao considerar a transição energética como um componente central da reorientação econômica da China e ao analisar a Nova Rota da Seda sob essa perspectiva.

A Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative - BRI*), proposta pelo governo chinês em 2013, é uma iniciativa internacional que visa promover a integração econômica transcontinental de forma sustentável. Seu objetivo é criar redes de conexão terrestre, marítima, digital e humana para facilitar a integração e a cooperação global, ligando indústrias chinesas ao mercado internacional e vice-versa (Shang, 2015). A iniciativa contempla a criação e a otimização de infraestrutura em setores como comércio, transporte, energia, mineração e tecnologia da informação em todos os países participantes (BRI Portal, 2022).

Assim como, possui a sustentabilidade como pilar fundamental, alinhando-a à Agenda 2030, às metas do Acordo de Paris e ao princípio chinês de Civilização Ecológica, para então mudar a percepção das empresas chinesas de meras produtoras para operadoras, resultando na redução da intensidade energética da economia chinesa e na minimização da capacidade produtiva ociosa (Shang, 2015; Reis, 2022).

Neste sentido, argumenta que a implementação da BRI traz implicações significativas para o desenvolvimento global, especialmente ao oferecer soluções para os déficits em desenvolvimento, paz e governança. Ele destaca três pontos principais: primeiro, oportunidades de investimento em um mundo carente de infraestrutura e com baixos níveis de investimento, que tornam os capitais chineses mais atraentes; segundo, a mitigação de riscos relacionados a investimentos irreversíveis, ao financiar infraestruturas que removem obstáculos ao desenvolvimento local e promovem a economia e o emprego (Shang, 2015); e, por último, os benefícios para os parceiros, que incluem aumento da produtividade, economias de escala, ampliação de mercados, diluição de riscos, repercussões tecnológicas, melhorias sociais e maior eficiência nas cadeias de valor (Dunford, 2021).

Por estes motivos, a adesão do Sul Global à Nova Rota da Seda é considerada inevitável, especialmente em regiões como a América do Sul, que carece de infraestrutura e investimentos. O mercado energético sul-americano complementa a expertise chinesa na geração de energia elétrica de baixo carbono, aproveitando a abundância de recursos naturais que possibilitam diversas formas de geração. A similaridade geográfica da região com a China, combinada à diversidade de minerais e recursos renováveis facilita essa colaboração e torna viáveis vários tipos de projetos energéticos, ampliando as oportunidades de investimento e financiamento na região (Barbosa, 2020; Coelho e Ungaretti, 2023).

Não obstante, interesses chineses estão no centro dos benefícios da Nova Rota da Seda. A iniciativa oferece soluções para os desafios político-econômicos da China, como aumentar a segurança energética e diversificar fontes e parceiros para descarbonizar a economia (Ahmed e Lambert, 2022); reduzir o excesso de capacidade produtiva em setores como infraestrutura, energia, construção e logística, enquanto insere estrategicamente empresas e recursos humanos chineses e exporta padrões tecnológicos, além de garantir acesso a novos mercados e recursos naturais (Mendonça et al., 2021); e diminuir vulnerabilidades associadas à dependência de rotas marítimas pelo Estreito de Malaca e Mar do Sul da China, construindo rotas terrestres alternativas (Dunford, 2021). Também há vantagens financeiras claras: uso mais eficaz das reservas de moedas estrangeiras para financiar o Investimento Externo Direto (IED); estabelecimento de acordos de livre comércio que aumentem o papel do Renminbi (RMB) no mercado internacional; e melhoria da conectividade das empresas e mercados chineses com o mundo (Dunford, 2021).

Por fim, entende-se que a Nova Rota da Seda pode ser compreendida como uma estratégia geoeconômica da China, que visa transformar seu poder econômico em influência política no âmbito internacional. A iniciativa representa um passo significativo nas políticas externa e econômica chinesas, em direção a uma estratégia pautada no desenvolvimento econômico que contempla as particularidades da experiência de crescimento do país como alternativa para outros países do Sul Global (Beeson, 2018). Além disso, historicamente, a China utiliza sua política externa e investimentos como ferramentas para solucionar desafios, configurando a Nova Rota da Seda como uma estratégia de rearranjo geoeconômico que atende, não apenas às questões de desenvolvimento doméstico, mas também projeta influência internacional ao oferecer soluções para desafios enfrentados pelo Sul Global. Assim, a iniciativa promove novas perspectivas de crescimento econômico, fundamentadas no princípio das vantagens mútuas. Como pode ser visto a partir da análise dos investimentos em energia no Triângulo do Lítio a seguir.

Os Investimentos Chineses em Energia na América do Sul: a Nova Rota da Seda e o caso do Triângulo do Lítio

No início dos anos 2000, o mercado chinês representava menos de 2% das exportações da América Latina. Contudo, o rápido crescimento da economia chinesa aumentou significativamente sua demanda por recursos, impulsionando as exportações latino-americanas para a China em mais de 25 vezes e as importações chinesas da região em 40 vezes, resultando no *boom* das *commodities* sul-americanas (Jenkins, 2019). Nos anos seguintes, as relações sino-latino-americanas concentraram-se no comércio de recursos minerais, energéticos e alimentares, com crescimento anual de 31% e atingindo US\$180 bilhões em 2010 (Ungaretti *et al.*, 2022). Em 2021, o volume comercial chegou a US\$450 bilhões, com projeções de economistas estimando que o valor possa alcançar US\$700 bilhões até 2035 (Roy, 2023).

Portanto, impulsionadas pelas oportunidades econômicas, como a melhoria da segurança dos recursos (*resource seeking*), a promoção das exportações nacionais de bens, serviços e capital (*market seeking*), o aprimoramento das habilidades tecnológicas do país e de suas empresas (*efficiency seeking*), e o fomento da competitividade das empresas chinesas e sua presença em mercados internacionais (*strategic assets*), as relações sino-sul-americanas se fortaleceram significativamente nas últimas duas décadas (Chagas, 2022).

Como resultado, a China se tornou o maior parceiro comercial da América do Sul e uma fonte crucial de IED para o subcontinente, oferecendo uma alternativa para o financiamento para projetos de infraestrutura (Amaral *et al.*, 2022). Desde 2010, observou-se um influxo significativo de capital chinês na região, especialmente nos setores de energia,

metais e transporte, com Brasil, Peru, Chile, Argentina e Equador como principais destinos. No setor energético sul-americano, entre 2005 e 2020, empresas chinesas investiram US\$87 bilhões, representando 59% do total aplicado neste período. Neste mesmo intervalo, cerca de 49% desses investimentos foram direcionados para os setores de petróleo, gás e mineração (Ungaretti *et al.*, 2022).

Destaca-se que cerca de 70% dos US\$136 bilhões investidos pela China em energia na América Latina neste período foram financiados pelo Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e pelo Banco de Exportação e Importação da China (Chexim) (Ray e Myers, 2023). Esse dado sugere que esses investimentos podem estar ligados à instrumentalização de uma estratégia geoeconômica chinesa voltada para ganhos políticos, já que as instituições financiadoras são órgãos estatais (Ungaretti *et al.*, 2022). Portanto, o padrão de investimentos chineses na América Latina parece estar, à primeira vista, orientado pela busca por recursos (*resource seeking*) (Barbosa, 2020), reforçando a hipótese de que a China busca alternativas para assegurar seu desenvolvimento e segurança energética. A busca por recursos surge, então, como um pilar da projeção geoeconômica chinesa e um fator chave para a integração da América do Sul em sua estratégia de desenvolvimento (Wise, 2020).

Não obstante, observa-se uma mudança na tendência dos investimentos chineses na América do Sul. Desde 2015, os dados indicam um aumento expressivo de investimentos em eletricidade no Brasil, Chile e Peru, tornando esse setor, juntamente com os de gás e água, um dos principais alvos para investimentos chineses na modalidade *brownfield* na região, representando cerca de 37% do total (Red-ALC-China, 2021). Essa mudança se alinha com o esforço chinês para promover uma economia mais sustentável, como discutido ao longo deste artigo. Além disso, pode refletir uma estratégia de busca de novos mercados (*market seeking*), de fomento à competitividade global das empresas chinesas e de expansão em mercados internacionais emergentes (*strategic assets*) (Barbosa, 2020).

Ao analisar as motivações, os métodos de entrada e os mercados visados pela China na América do Sul nas últimas duas décadas, verifica-se uma lógica consistente guiando esses interesses. Isso fica evidente ao examinar os investimentos no Triângulo do Lítio, um setor que a China tem buscado incorporar de forma mais expressiva ao seu fluxo de capital, com essa penetração facilitada pela receptividade inicial dos países da região à Nova Rota da Seda (Ungaretti *et al.*, 2022).

O Triângulo do Lítio, que abrange os salares da Argentina, Bolívia e Chile, concentra 60% das reservas conhecidas de lítio no mundo, localizadas nos salares de Uyuni, Puna e Atacama (Lewkowicz, 2022; Coelho e Ungaretti, 2023). Essas reservas são o resultado de processos geológicos que, ao longo de milênios, transformaram antigos oceanos em desertos de sal. Enquanto em outras regiões o lítio é extraído de rochas, o mineral dissolvido nos salares é extraído por evaporação, acessando uma camada de solução salina abaixo da

crosta superficial, o que facilita o processo (Rodrigues e Padula, 2017). No entanto, o lítio da região ainda é subexplorado devido à falta de capacidade produtiva e tecnológica local. Como resultado, a Austrália (que utiliza a extração de rochas), lidera a produção global com 46% do total. O Chile ocupa a segunda posição com 32%, enquanto a Argentina representa apenas 8% da produção mundial, e a Bolívia não tem produção em escala industrial (Coelho e Ungaretti, 2023).

Segundo Rodrigues e Padula (2017), o ciclo tecnológico do lítio começou entre 2000 e 2005 e deve atingir seu auge entre 2035 e 2045. Isso ocorre devido à sua importância estratégica para a transição energética, especialmente na produção de baterias para veículos elétricos e sistemas de armazenamento de energia em fontes renováveis, como solar e eólica. Entre 2010 e 2021, o consumo de lítio aumentou 283%, com 80% destinado à produção de baterias. Considerando o crescimento do mercado de veículos elétricos, estima-se que a demanda por lítio atinja 1,8 milhão de toneladas até 2030, seis vezes o consumo de 2020 (Coelho e Ungaretti, 2023). Neste contexto, os investimentos chineses no Triângulo do Lítio tornam-se cruciais para entender os interesses geoeconômicos da China na América do Sul.

Na última década, a China teve sucesso na expansão de suas iniciativas diplomáticas na América do Sul, conseguindo a adesão da maioria dos países da região à Nova Rota da Seda³ (Amaral *et al.*, 2022). Isso integrou seus projetos, investimentos e financiamentos no subcontinente à BRI, tornando-a central para sua estratégia geoeconômica na América Latina. A região andina tem sido particularmente receptiva, com todos os países, exceto a Colômbia, assinando o Memorando de Entendimento, o que reflete a complementaridade de interesses geoeconômicos entre a China e a sub-região. Para a América do Sul, há uma necessidade de absorver investimentos e financiamentos para infraestrutura, essenciais ao desenvolvimento socioeconômico. Para a China, a busca por recursos naturais, novos mercados e a expansão da influência diplomática no Sul Global são prioridades (Ungaretti *et al.*, 2022). Essa complementaridade é ainda mais evidente no contexto da transição energética, que a China promove internamente e incentiva internacionalmente por meio de seus investimentos.

As relações sino-chilenas ilustram bem essa dinâmica. O Chile é o terceiro maior parceiro comercial da China na América Latina e um fornecedor chave de cobre, o que tem expandido a cooperação bilateral em setores como agricultura, energias renováveis e infraestrutura. Um exemplo importante dessa colaboração é a aquisição, em 2018, de 26% da *Sociedad Química y Minera de Chile* (SQM) pela *Tianqi Lithium*, por cerca de US\$4 bilhões, representando mais de 50% do IED chinês na América Latina naquele ano (Myers, 2021; Coelho e Ungaretti, 2023). Para estreitar mais essa parceria, o Chile assinou o Memorando

³ Os países sul-americanos que estão na BRI são: Argentina; Bolívia; Chile; Equador; Guiana; Peru; Suriname; Uruguai; Venezuela (Green Finance & Development Center, 2023).

de Entendimento com a BRI em 2018, e no ano seguinte, o presidente Sebastián Piñera foi o único presidente latino a participar do II Fórum do Cinturão e Rota (Carvalho, 2023).

Em outubro de 2023, o presidente Gabriel Boric assinou um acordo de investimento de US\$233 milhões com o *Tsingshan Holding Group* para a construção de uma unidade de produção em Antofagasta, em troca da extração de até 120 mil toneladas de fosfato de lítio ferro para baterias recarregáveis. Além de garantir que a divisão de energia do grupo, a *Yongqing Technology*, receba matéria-prima da SQM a preços preferenciais até 2030 (Attwood, 2023). Adicionalmente, o governo chileno tem se mostrado aberto à exploração de setores emergentes, como energia solar, veículos elétricos e infraestrutura de telecomunicações, alinhando-se com a crescente tendência de exportação de lítio para a China, que representou 72% das exportações chilenas em 2021 (Coelho e Ungaretti, 2023).

Apesar da complementaridade de interesses, observa-se uma crescente assimetria nas trocas comerciais e nos investimentos chineses no Chile, com a maioria dos aportes direcionados ao minério, o que gera preocupações sobre uma possível relação de dependência entre os dois Estados (Ungaretti *et al*, 2022). Ao analisar a relação sino-chilena, é possível identificar uma tendência nos setores-chave dos investimentos, como a produção de novas tecnologias de energia sustentável e a descarbonização dos sistemas de eletricidade e transporte, ou seja, aportes que dão suporte a estratégia sustentável chinesa.

Já as relações bilaterais entre China e Bolívia têm se aprofundado principalmente por meio de trocas comerciais e projetos de infraestrutura. Uma parceria estratégica foi firmada em 2018, e em 2019 a Bolívia se integrou oficialmente à Nova Rota da Seda, em grande parte para atrair investimentos para a construção de rodovias, dada a carência de infraestrutura no país (Ungaretti *et al.*, 2022). Todavia, o principal objetivo da parceria é a exploração do lítio. A China busca garantir acesso às reservas e controlar a extração e o refino do mineral para a produção de baterias, enquanto a Bolívia, com capacidades limitadas, busca parcerias para explorar seu potencial energético, com a expectativa de usar os recursos para modernizar outros setores econômicos. O primeiro passo foi dado em 2019, com a criação de uma *joint venture* entre o grupo *Xinjiang TBEA* e a estatal *Yacimientos de Litio Bolivianos* (YLB) para a construção de fábricas de carbonato de lítio em Oruro e Potosí (Ramos, 2019).

O mercado boliviano de lítio é crucial neste cenário, já que o país possui a maior reserva mundial do mineral, com cerca de 21 milhões de toneladas, ainda intocadas e aguardando definição sobre quem e como serão exploradas. Em janeiro de 2023, um passo importante foi dado nesse sentido: o presidente Luis Arce assinou um acordo com o consórcio chinês CBC, composto pelas empresas *Contemporary Ampere Technology*, *Brunp* e *China Molybdenum*, para explorar os salares de Coipasa e Uyuni. O investimento, estimado em US\$1 bilhão, tem grande potencial para ampliar a produção boliviana (Teixeira, 2023). Ainda

sim, cabe ressaltar que as crescentes tensões e desestabilidade política da Bolívia podem ser obstáculos para o aprofundamento desta relação.

A Argentina mantém relações com a China desde 1972, mas o vínculo se aprofundou em 2014, quando foi oficializada uma "parceria estratégica integral." A China é o segundo maior parceiro comercial da Argentina, respondendo por 21% das importações e 8% das exportações em 2021. Desde então, as relações sino-argentinas se concentram em acordos de *swap*, que fortalecem as reservas internacionais e ajudam a estabilizar o câmbio argentino, e em empréstimos para projetos de infraestrutura, como ferrovias, energia solar, energia nuclear e hidrelétricas, incluindo o parque solar de Caucharí (Lara, 2020). A parceria também abrange setores estratégicos, como mineração, petróleo, agropecuária, tecnologia, defesa e cooperação espacial, o que fortalece o interesse argentino pela Nova Rota da Seda. Embora o ingresso formal da Argentina na iniciativa tenha ocorrido apenas em 2022, no governo de Alberto Fernández, sua participação vinha sendo antecipada desde 2017, quando o ex-presidente Mauricio Macri participou do I Fórum Cinturão e Rota. Com a adesão, a Argentina visa melhorar conexões logísticas, promover uma transição energética híbrida, expandir a cooperação tecnológica, estabilizar a economia e diversificar exportações. Para a China, a parceria fortalece o fornecimento de minérios, alimentos e energia e incentiva a adesão de outros países da região, como o Brasil (Ungaretti *et al.*, 2022).

Atualmente, as companhias chinesas lideram os investimentos em lítio na Argentina, com a *Ganfeng Lithium* e a *Zijin Mining* investindo cerca de US\$2,7 bilhões no setor (Coelho e Ungaretti, 2023). A *Ganfeng Lithium Group*, controladora majoritária da *Minera Exar SA*, recentemente iniciou o primeiro projeto de extração e refino de lítio no país em anos e planeja investir mais US\$1 bilhão no setor. Além disso, o consórcio da *Tsingshan* contará com suprimentos de carbonato de lítio de sua joint-venture com a *Eramet SA*, na província de Salta (Attwood, 2023). Contudo, a eleição de Javier Milei à presidência da Argentina pode dificultar o fortalecimento desses investimentos, considerando suas declarações controversas sobre a China. Embora Milei tenha moderado seu discurso após a eleição, é provável que a relação entre os países enfrente mais obstáculos, já que o presidente argentino busca reaproximar o país do Ocidente (Ramos, 2023).

Nesta conjuntura, Coelho e Ungaretti (2023) argumentam que os investimentos chineses no lítio sul-americano ocorrem em um contexto de disputa tecnológica e estratégica entre China e Estados Unidos, colocando a região no centro das discussões sobre a transição energética global. Barría (2023) concorda, afirmando que as duas potências buscam assegurar acesso a recursos estratégicos, como minerais críticos e tecnologias verdes, além de fortalecer suas posições nas cadeias globais de suprimentos. Todavia, para a autora, Washington estaria em desvantagem, pois Pequim já busca oportunidades de inserção e cooperação na região há algum tempo para se abastecer do mineral, conseguindo garantir

uma quantidade significativa de contratos. Assim, compreende-se que a atual dinâmica de investimentos em energia no âmbito da BRI entre a China e o Triângulo do Lítio “reforça a posição da região como espaço geoeconômico e geopolítico em disputa” pelas grandes potências (Coelho e Ungaretti, 2023, p. 5), sobretudo, considerando que o lítio se torna um mineral essencial para o desenvolvimento de tecnologias críticas nesse novo momento da economia e sociedade globais.

Não obstante, essa dinâmica evidencia um desafio histórico da América do Sul: a persistência de um modelo econômico baseado na exportação de produtos primários. Os acordos de investimentos estrangeiros diretos continuam a limitar a região ao papel de fornecedora de recursos, pois geralmente carecem de cláusulas para transferência de tecnologia que poderiam capacitar os países sul-americanos. Uma solução parcial para esses desafios seria colocar a cooperação técnico-científica no centro dos acordos de investimentos, assegurando ganhos reais em termos de expertise, tecnologia, geração de empregos e fortalecimento da economia local. Essa abordagem permitiria aproveitar a alta demanda por lítio como uma oportunidade de barganha para os países sul-americanos ao negociarem com múltiplas propostas de investimento (Lewkowicz, 2022).

Ainda assim, a assimetria na relação permaneceria, mas ao menos evitaria que o Triângulo do Lítio se tornasse uma "zona de sacrifício verde" — um território puramente extrativista em que os recursos para a transição energética dos países desenvolvidos são obtidos às custas de altos custos socioambientais para os países sul-americanos, sem benefícios reais para o desenvolvimento local a longo prazo (Coelho e Ungaretti, 2023, p. 5). Em suma, os investimentos chineses em energia no âmbito da Nova Rota da Seda na América do Sul, especialmente no Triângulo do Lítio, destacam a importância estratégica da sub-região para a reorientação das políticas econômica e externa da China em direção ao desenvolvimento sustentável e à expansão de sua projeção global.

Considerações Finais

Este artigo discutiu como o rápido crescimento econômico chinês e a maior atenção global à crise climática têm impulsionado transformações na estrutura econômico-política da China. Essas mudanças concentram-se na reorientação das políticas econômica e externa, direcionando-as para o desenvolvimento sustentável, de modo a preservar sua posição de destaque no cenário internacional, e para uma projeção global mais assertiva e responsável. Nesta perspectiva, destaca-se o papel central do setor energético no desenvolvimento do país, e conseqüentemente, a transição energética como componente central da reorientação econômica chinesa para um paradigma sustentável. Adicionalmente, discute-se que a China

tem implementado projetos e investimentos estratégicos que demonstram seu compromisso com essa transição.

Neste contexto, a Nova Rota da Seda surge como uma ferramenta geoeconômica chinesa para alcançar o desenvolvimento sustentável e fortalecer sua projeção global (Luttwak, 1990; Grevi, 2011; Blackwill e Harris, 2016). Argumenta-se que a China historicamente tem usado suas políticas econômicas e externa para resolver problemas internos e aproveitar oportunidades internacionais. Com os atuais desafios domésticos, como excesso de capacidade produtiva, necessidade de exportação de excedentes, importação de recursos essenciais e crescente insegurança energética, além de seus interesses externos em consolidar-se como líder nos mercados emergentes e manter sua projeção internacional, espera-se que adote uma estratégia similar.

Neste caso, movimentações da China em relação ao cenário socioeconômico e energético do país são fundamentais para entender os rumos da ordem global e suas reconfigurações, com a transição energética sendo um elemento central desse processo. Desta forma, a abordagem da geoeconomia se mostra a mais adequada para analisar a interação entre mercados, atuação estatal, interesses econômicos e motivações estratégicas no desenvolvimento chinês e sua projeção global. Assim, a BRI pode ser entendida como a principal expressão prática da política chinesa atual.

Além disso, explica-se como o Sul Global, especialmente a América do Sul, desempenha um papel crucial na captação de recursos essenciais para o desenvolvimento de tecnologias de energia renovável e na "exportação" da transição energética chinesa por meio de suas iniciativas diplomáticas. Isso se deve à complementaridade de interesses, que pode gerar benefícios mútuos de desenvolvimento. No caso do Triângulo do Lítio, o crescente interesse pelo mineral tem gerado disputas entre potências pela inserção no mercado da região, tanto como fonte de recursos quanto como mercado para exportação de padrões tecnológicos. A transição energética é vista como essencial para o desenvolvimento econômico e social global, sendo o desenvolvimento sustentável e tecnológico o paradigma do século XXI. Garantir a liderança nas indústrias e cadeias de produção verde é, portanto, fundamental para manter o status de potência nas relações internacionais. Por esses motivos, a cooperação com os países do Triângulo do Lítio é crucial, e esses fatores explicam os investimentos substanciais da China nesse mercado e a internacionalização de suas empresas de energia, componentes energéticos e veículos de nova energia com foco na América do Sul.

Portanto, a necessidade de transição econômica e energética não surge apenas para garantir a segurança e o desenvolvimento da China, mas também como uma oportunidade de assegurar benefícios econômicos durante a transição para um novo modelo de desenvolvimento sustentável. Projetos, investimentos e financiamentos transnacionais, como

a Nova Rota da Seda, tornam-se partes essenciais desse processo. Em conclusão, argumenta-se que, a partir de sua nova posição no sistema internacional, a China exerce uma forma de influência geoeconômica que está transformando as relações internacionais do século XXI. Isto é, a Nova Rota da Seda for concretizada, Pequim consolidará sua posição no centro das redes de produção, resultando em um significativo aumento de poder econômico e geopolítico e fortalecendo sua estratégia de projeção global, ao dominar o paradigma tecnoproductivo do século XXI, com foco nas tecnologias sustentáveis (Beeson, 2018; Dunford, 2021; Ahmed e Lambert, 2022).

Referências

AHMED, Faisal; LAMBERT, Alexandre. *The Belt and Road Initiative: Geopolitical and Geoeconomic Aspects*. Nova York: Routledge, 2022.

AMARAL, T.; UNGARETTI, C. R.; DI MARCO, G.; MENDONÇA, M. A. Iniciativa Cinturão e Rota e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da China na América Latina: Entre adesões e hesitações. *Revista tempo do mundo*, n. 29, ago. 2022.

ATTWOOD, J. China Amplia Investimentos no Triângulo do Lítio na América do Sul. *Valor Econômico*. 16 out, 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2023/10/16/china-amplia-investimentos-no-triangulo-do-litio-na-america-do-sul.ghtml>. Acesso em: 20 fev, 2024.

BARBOSA, P. H. B. *New kids on the block: China's arrival in Brazil's electric sector*. Boston: Global Development Policy Center, 2020.

BARRÍA, C. A disputa entre China e EUA por lítio na América Latina. *BBC Brasil*. 16 abr, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0vz35p4pqgo>. Acesso em: 20 fev, 2024.

BARU, Sanjaya. *Geo-economics and strategy*. *Survival*, [s. l.], v. 54, n. 3, p. 47–58, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00396338.2012.690978>. Acesso em: 28 jul. 2024.

BEESON, Mark. *Geoeconomics with Chinese Characteristics: The BRI and China's Evolving Grand Strategy*. *Economic and Political Studies*, v. 6, n. 3, p. 240-256, 2018.

BELT and Road Initiative Special. *Belt and Road Portal*, 2022. Disponível em: <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/ztindex.htm>. Acesso em: 29 ago. 2023.

BLACKWILL, R.; HARRIS, J. *War by other means: geoeconomics and statecraft*. London: Belknap Press of Harvard University Press. 2016.

CARVALHO, E. M. *Renascimento da Rota da Seda e Sua Extensão até a América Latina*. In: CARVALHO, E. M.; VERAS, D.; STEENHAGEN, P. *A China e a Iniciativa Cinturão e Rota: Percepções do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2023. cap. 1, p. 17-56.

CHAGAS, Gabriela F. *O IED Chinês em Energia Elétrica no Brasil: uma análise da oportunidade de complementaridade entre objetivos de desenvolvimento e investimentos em energia renovável*. In: HAFFNER, Jacqueline. *A China como Investidora na América do Sul*. [S. l.]: Nova Edições Acadêmicas, 2022. cap. 7, p. 158-175.

CHINA. The State Council Information Office of the People's Republic of China. The 13th five-year plan: for economic and social development of the People's Republic of China (2016–2020). Beijing, 2016.

CHINA. The State Council Information Office of the People's Republic of China. Energy in China's new era. Beijing, Dez. 2020. Disponível em: <http://www.scio.gov.cn/zfbps/32832/Document/1695135/1695135.htm>. Acesso em: 12 jan. 2022.

CHINA. The State Council Information Office. New Energy Vehicle Industrial Development Plan For 2021 to 2035. [https://www.gov.cn/zhengce/content/2020-11/02/content_5556716.htm] Accessed: 08 January 2024.

COELHO, A. UNGARETTI, R. A China e o Triângulo do Lítio: motivações, repercussões e implicações. *Observa China*, 2023, 1-8. Disponível em: <https://www.observachina.org/articles/a-china-e-o-triangulo-do-litio>. Acesso em: 23 fev, 2024.

Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. O que é o Acordo de Paris?. **CBDS Sustentável Blog**, 5 dez. 2019. Disponível em: <https://cebds.org/o-que-e-o-acordo-de-paris/#.Ymqsw-jMKUm>. Acesso em: 22 abr. 2022.

COWEN, Deborah; SMITH, Neil. After geopolitics? From the geopolitical social to geoeconomics. *Antipode*, [s. l.], v. 41, n. 1, p. 22–48, 2009. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8330.2008.00654.x>. Acesso em: 4 jun. 2024.

DUNFORD, Michael. China's Belt and Road Initiative and its Implications for Global Development. *Acta Via Serica*, v. 6, ed. 1, p. 91-118, Jun 2021.

ENERGY INSTITUTE. Statistical Review of World Energy 2022. 2023. Disponível em: <https://www.energyinst.org/statistical-review/about>. Acesso em: 22 fev, 2024.

GREEN FINANCE & DEVELOPMENT CENTER. Countries of the Belt and Road Initiative (BRI). 2023. Disponível em: <https://greenfdc.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

GREVI, G. Geo-Economics and Global Governance. In: MARTININGUI, A.; YOUNGS, R. (eds.), *Challenges for European Foreign Policy in 2012: What Kind of Geo-Economic Europe?* Madri: Fride, 2011.

HAFFNER, J. A.; REIS, G. F. C. A transição energética e a ascensão político-econômica da China no século XXI: uma análise através da teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação. *Conjuntura Austral*, v. 14, n. 67, p. 31–43, 2023.

JENKINS, R. *How China is reshaping the global economy: development impacts in Africa and Latin America*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

LARA, T. Con nuevo gobierno, Argentina reactiva las represas en la Patagonia. *Diálogo Chino*, 25 fev. 2020. Disponível em: <https://dialogochino.net/es/clima-y-energia-es/33727-con-nuevo-gobierno-argentina-reactiva-las-represas-en-la-patagonia/#:~:text=A%20pesar%20de%20problemas%20legales,desbloquear%20mayor%20financiamiento%20de%20China>. Acesso em: 10 fev. 2024

LEWKOWICZ, J. Triângulo do Lítio: América Latina discute novas estratégias regionais. *Diálogo Chino*. 2023, 1-9. Disponível em: <https://dialogochino.net/pt-br/industrias-extrativistas-pt-br/57203-triangulo-do-litio-america-latina-discute-novas-estrategias-regionais/>. Acesso em: 12 jan, 2024.

LIMA, M. C. A nova teoria das relações internacionais chinesa e a ascensão do país: o conceito de tianxia. In: VADELL, J. (org.). *A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018.

LOSENKANN, L; HALLACK, M, 'Novas energias renováveis no Brasil: desafios e oportunidades' in J A D Negri et al. (eds), *Desafios da Nação: artigos de apoio*, vol. 2 (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): Brasília, 2018) [<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8446>] Accessed 31 March 2022.

LUTTWAK, E. N. From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce. *The National Interest*, v. 20, 1990, p. 17-23.
COWEN, Deborah; SMITH, Neil. After geopolitics? From the geopolitical social to geoeconomics. *Antipode*, [s. l.], v. 41, n. 1, p. 22–48, 2009. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8330.2008.00654.x>. Acesso em: 4 jun. 2024.

MENDONÇA, M. A et al. A Nova Rota Da Seda e a Projeção Econômica Internacional da China: Redes de Financiamento e Fluxos de Investimento Externo Direto (IED). *Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)*, Brasília, n. 31, p. 9-37, Set/Dez 2021.

MYERS, M. China-Latin America commercial loans tracker. Washington: Inter-American Dialogue, 2021.

ONU BRASIL. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. ONU Brasil, 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 28 set. 2023.

RAMOS, D. Bolivia picks Chinese partner for \$ 2.3 billion lithium projects. Reuters, 6 Feb. 2019. Disponível em: [https://www.reuters.com/article/idUSKCN1PV2F6/#:~:text=LA%20PAZ%20\(Reuters\)%20%2D%20Bolivia,the%20prized%20electric%20battery%20metal](https://www.reuters.com/article/idUSKCN1PV2F6/#:~:text=LA%20PAZ%20(Reuters)%20%2D%20Bolivia,the%20prized%20electric%20battery%20metal). Acesso em: 2 mar. 2024.

RAMOS, M. Milei não rompe vínculos, mas relações China-Argentina começam a mostrar fissuras nas primeiras semanas de governo. *Brasil de Fato*. 30 dez, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/30/milei-nao-rompe-vinculos-mas-relacoes-china-argentina-comecam-a-mostrar-fissuras-nas-primeiras-semanas-de-governo>. Acesso em: 1 mar, 2024.

RAY, R.; MYERS, M. Chinese Loans to Latin America and the Caribbean Database. Washington: Inter-American Dialogue, 2023.

RED ALC-CHINA – RED ACADÉMICA DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE SOBRE CHINA. Chinese OFDI in LAC: transactions (2000-2020). Ciudad de México: Red ALC-China, 2021a. Disponível em: <<https://bit.ly/3pS1cro>>. Acesso em: 12 jan, 2024.

REIS, G. F. C. O caminho da China rumo ao centro político-econômico global e a transição energética (2013-2020): uma análise pela perspectiva dos ciclos sistêmicos de acumulação. 2022. Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/247533/001148006.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 jun. 2023.

REIS, G. F. C. A Adoção de Práticas Sustentáveis nos Investimentos em Energia na Nova Rota da Seda e o seu Impacto nos Interesses de Desenvolvimento e Projeção Global da China. 8 Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://www.encontro2023.abri.org.br/anais/trabalhos/textos01?simposio=24#G>. Acesso em: 21 fev. 2024.

RODRIGUES, B. PADULA, R. Geopolítica do Lítio no Século XXI. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. 2017, 197-220, 6 (11). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/austral/article/view/66687/43949>. Acesso em: 23 fev, 2024.

ROY, D. China's Growing Influence in Latin America. Council on Foreign Relations. 2023. Disponível em: <https://www.cfr.org/background/china-influence-latin-america-argentina-brazil-venezuela-security-energy-bri>. Acesso em: 12 de jan. 2024.

SHANG, H. P. *The Belt and Road Initiative: Key Concepts*. Beijing: Springer, 2015.

COWEN, Deborah; SMITH, Neil. After geopolitics? From the geopolitical social to geoeconomics. *Antipode*, [s. l.], v. 41, n. 1, p. 22–48, 2009. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8330.2008.00654.x>. Acesso em: 4 jun. 2024.

TEIXEIRA, E. Exploração do Lítio Pode Alavancar Economias Sul-americanas. *Poder 360*. 30 de jun. 2023. Disponível em <https://www.poder360.com.br/economia/exploracao-de-litio-pode-alavancar-economias-sul-americanas/>. Acesso em: 20 de fev, 2024.

Thomala, L. Annual production volume of new energy vehicles in China from 2013 to 2022, by propulsion type. 2024. [<https://www.statista.com/statistics/425481/china-annual-new-energy-vehicle-production-by-type/>] Accessed: 08 January 2024.

UNGARETTI, C.; AMARAL, T.; DI MARCO, G.; MENDONÇA, M. A. Nova Rota da Seda na América Latina: entre adesões e hesitações. *Boletim de Economia e Política Internacional*, Brasília, n. 33, 2022.

VETTER, D. China Built More Offshore Wind In 2021 Than Every Other Country Built In 5 Years. *Forbes*, p. 1, 26 jan. 2022. [<https://www.forbes.com/sites/davidrvetter/2022/01/26/china-built-more-offshore-wind-in-2021-than-every-other-country-built-in-5-years/?sh=3cad4d824634>] Accessed: 08 January 2024.

WU, K.; NAKANO, J. *The changing political economy of energy in China*. Washington: Center for Strategic and International Studies (CSIS), 2016. (Research Report).

WISE, C. *Dragonomics: How Latin America is maximizing (or missing out on) China's international development strategy*. New Haven: Yale University Press, 2020.

YERGIN, D. *A busca: energia, segurança e reconstrução do mundo moderno*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

XINHUA NEWS PORTUGUÊS. Capacidade instalada de energia eólica e solar da China aumenta na China. 21 mar. 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/mf03W>. Accessed: 08 January 2024.